

COMPILAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A REVISÃO DOS PLANOS DE ADAPTAÇÃO

CÂMARA TÉCNICA DE ADAPTAÇÃO E INFRAESTRUTURA VERDE – CT-AIV

FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇA CLIMÁTICA - FBMC

Introdução Geral

A contribuição do FBMC se deu por meio da participação de diversos especialistas e representantes da Sociedade Civil nos **Diálogos para os Planos Setoriais de Adaptação**, realizados em parceria com o MMAMC. Aqui trazemos, ainda, algumas contribuições de representantes do FBMC, na CT-AIV, a partir da leitura crítica dos Planos Setoriais de Adaptação às Mudanças Climáticas. As contribuições foram especificamente em relação aos Planos de Biodiversidade; Cidades; Recursos Hídricos; População Indígena; Transportes; Agricultura e Pecuária; Agricultura Familiar; Segurança alimentar e Nutricional e Energia.

Elas têm como objetivo fortalecer o conteúdo técnico e político dos planos, ampliar sua efetividade e garantir maior justiça climática, territorial e social na implementação das medidas propostas.

De forma geral, as análises apontam para a necessidade de:

- Maior clareza e detalhamento das metas e ações, responsabilidade e cronograma, especialmente no que se refere a prazos e fontes de financiamento;
- Maior detalhamento dos Meios de Implementação, tendo em vista que para a Adaptação são necessários recursos mais volumosos do que para a mitigação, e que devem estar previstos em todos os Setores.
- Fortalecimento da participação dos entes subnacionais (estados e municípios) na implementação das ações;
- Integração das dimensões sociais, em especial as relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, com os eixos ecológicos e infra estruturais dos planos;
- Incorporação transversal de instrumentos de justiça climática, especialmente nas regiões com populações mais vulneráveis.
- Integração dos Planos Setoriais, revisando eventuais dicotomias nas naturais sobreposições;
- Integração da componente educação, de forma transversal;
- Considerar os Recursos Hídricos e a Biodiversidade de forma transversal para vários Planos: Agricultura, Energia, Saúde, Cidades....
- Inclusão de ações, critérios e/ou abordagens conforme destaques apresentados nas contribuições por plano.

A seguir, as contribuições são organizadas por plano temático, com base nos documentos de referência enviados.

Contribuições por Plano

1. Biodiversidade

- Sugerida inclusão de dados sobre densidade populacional na Mata Atlântica e sua correlação com ecossistemas costeiros.

- Recomendação de reavaliação da abrangência territorial na Tabela 1, para facilitar a priorização.
- Proposta de alteração dos títulos dos riscos 1 e 2 para evitar redundância sobre perda de biodiversidade.
- Inclusão das terras quilombolas nas regiões críticas (quando aplicável).
- Críticas à limitação das fontes de financiamento a ações orçamentárias; pedido por maior detalhamento e inovação nos mecanismos financeiros.
- Incluir nos objetivos temáticos e no documento como um todo, ações que tratem do Objetivo Nacional 5 “Resguardar a saúde e o bem-estar das populações, com respeito aos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais”, pois o documento não está tratando das questões sociais.
- Rever alguns prazos do Quadro 4.1. Metas e indicadores para o Monitoramento e Avaliação do Plano Temático
- Sugestão de redução de prazos em metas relacionadas à conservação de flora e implementação do MIF.
- Demanda por maior destaque aos impactos na zona costeira, que não está devidamente tratada apesar de sua relevância.
- Cobrança pela inclusão das comunidades tradicionais como agentes-chave da conservação.
- Reforço à necessidade de maior participação dos estados e municípios na implementação.
- Necessidade da inclusão e integração dos planos e ações que os estados já possuem e desenvolvem.
- Sugestão de fazer uma linha do tempo com as principais metas ou ações propostas no Quadro 3.1, pois facilitaria a visualização. Isso poderia ser feito para os outros Planos Temáticos também.
- Necessidade de uma Política Pública em relação a manutenção da diversidade genética da flora, em especial das árvores, dos diferentes biomas. É essencial a criação de compras governamentais de sementes de árvores dos diferentes biomas, com qualidade genética e fisiológica.

2. Cidades

- As metas apresentadas são vistas como excessivamente genéricas.
- Sugere-se qualificação e priorização em municípios críticos (aprox. 350).
- Fortalecer estruturas institucionais pós-desastre;
- Detalhar fontes de financiamento e critérios de investimento;
- Ampliar a articulação com políticas urbanísticas e ambientais;
- Enfatizar a função social da terra e vulnerabilidades sociais;
- Fortalecer a governança metropolitana e intermunicipal;
- Incorporar saneamento resiliente ao clima com foco nos mais vulneráveis.
- Fortalecer a agricultura urbana, hortas comunitárias e produção individual de alimentos e renda;
- Promover infraestrutura verde e azul e soluções baseadas na natureza (SbN);
- Promover a biodiversidade e o incentivo a preservação de biomas – estas questões apareceram nos quadros de identificação de riscos e vulnerabilidades, mas não foram suficientemente abordadas nas ações propostas;
- Revisar sistemas de drenagem;

- Promover fontes de financiamento para revisão de projetos de infraestrutura e habitação cujas premissas não asseguram sustentabilidade e resiliência diante do contexto de mudanças climáticas;
- Ampliar a capacidade coordenada de resposta a desastres;
- Evitar más adaptações (ações climáticas paliativas e/ou que transferem problemas para jusante e/ou que aumentam radiação e absorção de calor, agravando vulnerabilidade).
- Necessidade de inserir prazos em metas importantes, como M2.2 e M3.2.
- Destacar que não se trata apenas de abordar o Plano Diretor, mas o conjunto de instrumentos urbanísticos- zoneamento, código de obras, legislação de uso e ocupação do solo na interface com a Agenda Climática- Agenda Urbana e Agenda Climática precisam caminhar juntas. Isto demanda a harmonização do sistema normativo na sua intersecção com os impactos climáticos em suas diferentes escalas territoriais, considerando vulnerabilidades e aspectos associados com renda, cor e condições de moradia e riscos.
- Políticas de ordenamento territorial, que em muitas cidades são inexistentes ou precariamente aplicadas, devem ser harmonizada com a agenda climática.

3. Recursos Hídricos

- Inclusão da dimensão da qualidade da água como fator limitante.
- Maior ênfase na regulação e papel de órgãos estaduais e locais.
- Fortalecimento da abordagem baseada em ecossistemas para recuperação de nascentes e APPs.
- Necessidade de inclusão de grandes usuários (saneamento, indústria, irrigação) na estratégia nacional.
- Falta de clareza sobre responsabilidades por ação e ausência de mecanismos regulatórios mais robustos.
- Ausência de ações para proteção de mananciais (SbN e AbE).
- Inclusão dos Comitês das Bacias Hidrográficas como base para o desenvolvimento de políticas públicas de recursos hídricos. Os Comitês estão na ponta das demandas e têm capilaridade necessária para que as políticas públicas atinjam a população.

4. População Indígena

- Falta de abordagem sobre saneamento básico nas aldeias.
- Proposta de criação de universidades indígenas para fomentar ciência e tecnologia voltadas à adaptação, com base em saberes ancestrais.
- Não consta a Regularização Fundiária.
- Articulação com demais Ministérios para entender e atender demandas particulares dos Povos Tradicionais.

5. Transporte

- Falta de integração com planos de mobilidade urbana e justiça climática.
- Necessidade de incluir projeções futuras regionais de risco climático.
- Críticas a formulações genéricas, propondo divisão e detalhamento de ações, por exemplo: “robustecer fiscalização”; “fornecer capacitação técnica”; “promover incentivos regulatórios”.
- Sugestão de regionalizar medidas e priorizar ações por cronograma.
- Fortalecer o envolvimento de concessionárias e entes subnacionais.

- Verificar nomenclatura: “Adaptação baseada na natureza (AbN)” ou Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) ou Soluções baseadas na Natureza.

6. Agricultura e Pecuária

- O plano foca exclusivamente na produtividade, desconsiderando os aspectos sociais e humanos da produção rural.
- Falta de atenção à transição agroecológica e aos impactos sociais dos modelos de produção convencionais.
- A irrigação é tratada de forma desconectada da realidade da escassez hídrica, sendo necessário integrar o plano de Recursos Hídricos.
- Afirmção crítica: “Lacunas de conhecimento não podem justificar a permanência de sistemas insustentáveis”.
- Necessidade de maior articulação entre pesquisa científica, inovação e políticas públicas voltadas para sistemas sustentáveis.
- Falta uma atenção mais detalhada sobre a formação de estoques reguladores, o que dirige a produção para uma atitude anticíclica, favorecendo o aproveitamento de condições climáticas favoráveis e mitigando os efeitos dos anos com clima desfavorável.

7. Agricultura Familiar

- A agricultura familiar deve ser reconhecida como estratégica para a adaptação climática e a segurança alimentar.
- Principais contribuições:
- O plano atual é excludente da população do campo;
- O Brasil Participativo é excludente para grande parte da população, importante ter audiências públicas por bioma;
- Reforçar o papel da agricultura familiar não apenas na alimentação, mas também na adaptação e mitigação;
- Universalizar o crédito rural, especialmente nas regiões mais vulneráveis;
- Garantir ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com recursos adequados e territorializados;
- Incluir a pesca artesanal, frequentemente considerada invisível nos planos agrícolas;
- Enfrentar o gargalo dos agentes financeiros que desconhecem os Planos governamentais, dificultando o acesso ao financiamento;
- Reforçar a pesquisa aplicada à agricultura familiar e pesca artesanal;
- Desenvolver planos de convivência com os biomas, não apenas com o semiárido.
- Política pública para a manutenção da diversidade genética através de programas de incentivo ao uso de sementes criolas regionais.
- Incluindo a criação de “feiras de trocas de sementes regionais”.

8. Segurança Alimentar e Nutricional

- A agroecologia deve ser reconhecida como um dos caminhos prioritários para sistemas alimentares sustentáveis.
- Recomendações principais:
- Inclusão do PRONARA (Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos) como referência essencial;
- Crítica ao modelo atual de energia renovável, que ameaça os modos de vida e produção da agricultura familiar;
- Acesso à água deve ser tratado como ponto central do plano;

- Fomentar e adaptar tecnologias sociais de captação de água para além do semiárido;
- Fortalecer a implementação das ações, com metas concretas, medidas estruturantes e articulação intersetorial;
- Adaptar o plano às realidades específicas de cada território, promovendo sinergia com outras políticas públicas.
- Política pública para a manutenção da diversidade genética através de programas de incentivo ao uso de sementes criolas regionais. Incluindo a criação de “feiras de trocas de sementes regionais”.

9. Energia

- Quadro 3.1 - página 35 e seguintes. Na coluna de fontes de recursos, o conteúdo limita-se a apontar: “A ação será realizada com os recursos financeiros e de pessoal da própria instituição responsável”.
- É um tipo de registro claramente insuficiente para um plano setorial;
- Importante constar que tanto para adaptação quanto para mitigação, é importante estabelecer salvaguardas para a instalação de grandes obras de energias renováveis, que estão impactando o modo de vida das populações e comunidades tradicionais, além de impactar na agricultura familiar nesses lugares.